

‘O povo cuidando do povo’: Agentes Populares na promoção de territórios mais sustentáveis e saudáveis

‘People taking care of people’: Popular Agents in promoting more sustainable and healthy territories

Carolina Burle de Niemeyer¹, Paulo Castiglioni Lara², Juliana Benício Xavier³, Luiz Otávio Azevedo²

DOI: 10.1590/2358-28982024E18739P

RESUMO A pandemia da covid-19 provocou impactos profundos na sociedade brasileira, mas pouca atenção foi endereçada à determinação socioambiental da saúde de populações periféricas. Este projeto surge nesse contexto com a proposta de identificar desafios e potencialidades do enfrentamento da pandemia e suas consequências em três territórios periféricos e vulnerabilizados do estado do Rio de Janeiro. O edital Inova-TSS foi a oportunidade de desenvolver uma pesquisa que, além de gerar dados, contribuísse para potencializar esses territórios para lidar melhor com esse desafio, contribuindo assim para torná-los mais sustentáveis e saudáveis. Apoiado na Educação Popular e em outras perspectivas dialógicas e participativas, este é um estudo qualitativo que conjugou pesquisa, formação, extensão e estratégias de pesquisa quantitativa, sendo desenvolvido em parceria com cinco movimentos sociais, desde a sua gênese. Por sugestão dessas organizações, a pesquisa foi articulada a uma ação da campanha popular ‘Periferia Viva’: um curso de Agentes Populares de Saúde oferecido nos mesmos territórios da pesquisa onde essas organizações já atuavam. Este relato de experiência propõe-se a compartilhar desafios e potências do processo constitutivo dessa investigação, que integrou militantes, profissionais da saúde e moradoras(es) das comunidades beneficiadas como pesquisadoras(es) populares, reconhecendo sua condição como sujeitos na produção de conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE Territórios Sustentáveis e Saudáveis. Território sociocultural. Agentes de saúde pública. Promoção da saúde. Compartilhamento de conhecimentos.

ABSTRACT *The COVID-19 pandemic had profound impacts on Brazilian society, but little attention was paid to the socio-environmental determination of the health of peripheral populations. This project arises in this context, with the proposal to identify challenges and potential in confronting the pandemic and its consequences in three peripheral and vulnerable territories in Rio de Janeiro. The Inova-TSS notice was the opportunity to develop research that, simultaneously to generating data, would contribute to empowering these territories to better deal with this challenge, thus contributing to making them more sustainable and healthier. Supported by Popular Education and other dialogical perspectives, this is a qualitative study that combined research, training, extension and quantitative research strategies, and was developed in partnership with five social movements, since its genesis. At the suggestion of these organizations, the research was linked to an action of the popular campaign ‘Periferia Viva’, a course for Popular Health Agents offered in the same territories as the research, where these organizations were already operating. This experience report aims to share challenges and strengths of the constitutive process of this investigation, which integrated activists, health professionals, and residents of benefiting communities as popular researchers, recognizing their condition as subjects in knowledge production.*

KEYWORDS *Sustainable and Healthy Territories. Sociocultural territory. Community health workers. Health promotion. Knowledge sharing.*

¹Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. carolina.niemeyer.fiocruz@gmail.com

²Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

³Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade Nacional de Direito (FND) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.



Introdução

‘O povo cuidando do povo: uma pesquisa-ação participativa sobre os desafios e estratégias ao enfrentamento da COVID-19 em três territórios periféricos no estado do Rio de Janeiro’ foi uma experiência que agregou diferentes olhares e interesses, partindo do objetivo comum de contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem e trabalham nos lugares de realização desse projeto.

O projeto foi financiado com recursos do Programa Inova Fiocruz Encomendas Estratégicas – Chamada nº 06/2020 – Territórios Sustentáveis e Saudáveis no contexto da pandemia de Covid-19 [ID VPPIS-003-FIO-20-16], lançado em setembro de 2020, quando não havia vacinas contra o novo coronavírus disponíveis no Brasil e a principal medida para evitar o contágio era o isolamento social.

Esse contexto foi especialmente cruel para as periferias do campo e da cidade, cuja população residente é majoritariamente negra, tem baixa escolaridade e sobrevive, em geral, de trabalhos informais. Sem vínculo empregatício e dependendo das ruas para sobreviver, essas pessoas viram-se diante da dupla ameaça de morrer de covid-19 e de fome.

Iniciado nesse cenário, este projeto foi desenvolvido em parceria com movimentos sociais envolvidos em ações de enfrentamento da pandemia por covid-19 nos três territórios de realização dessa pesquisa. Na cidade do Rio de Janeiro, foram duas localidades: a comunidade rururbana Terra Prometida no Complexo da Penha, onde o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), membro da Rede Carioca de Agricultura Urbana (RedeCau), desenvolvia iniciativas de agroecologia urbana; e o Condomínio Desup, no Complexo de Manguinhos, onde o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e o Levante Popular da Juventude (Levante) distribuíram cestas de alimentos na pandemia. Na cidade de Macaé, foi no acampamento rural Edson Nogueira, sede da Unidade

Pedagógica de Agroecologia Marielle Franco, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Por demanda dessas organizações, o projeto incorporou o curso de Agentes Populares de Saúde¹, uma ação da campanha popular ‘Periferia Viva’, que estava em construção no estado do Rio, mobilizada por essas organizações. Assumimos essa proposta, porque essa estratégia contribuiria para tornar esses territórios mais sustentáveis e saudáveis, já que o objetivo era formar voluntários para orientar as suas comunidades sobre prevenção e cuidado no enfrentamento da covid-19.

Convictas(os) de que os processos saúde-doença-atenção são complexos e que o seu correto entendimento demanda uma abordagem multidisciplinar, essa experiência foi realizada de forma colaborativa, envolvendo pesquisadoras(es) de diferentes áreas e instituições, movimentos sociais, além de profissionais e representantes dos três territórios envolvidos.

Contemplar tamanha diversidade de interesses e estruturas organizacionais não foi fácil, o que exigiu a adoção de metodologias que favorecessem o diálogo e de estratégias que permitissem definir competências e responsabilidades específicas e o estabelecimento de uma relação de colaboração entre as distintas instâncias. Este relato de experiência visa compartilhar a dinâmica constitutiva e os desafios desse projeto, comprometido, desde o início, em promover uma construção compartilhada de conhecimentos e de ações.

Este trabalho está organizado em quatro partes, além desta introdução. O ‘Desenvolvimento do projeto’ explicita a metodologia que o apoia e compartilha as estratégias adotadas na sua construção e no planejamento de suas ações. Nas seções ‘O curso de Agentes Populares de Saúde’ e ‘A pesquisa de campo’, compartilhamos o processo constitutivo e os principais desafios enfrentados em cada uma delas. As ‘Considerações finais’ trazem uma síntese, uma avaliação e os aprendizados derivados desta experiência.

Desenvolvimento do projeto

O ‘Povo cuidando do povo’ foi uma pesquisa que buscou compreender os fatos em diálogo com quem viveu essas experiências, tendo em vista o avanço científico conjugado à emancipação social. Seu objetivo inicial foi investigar como a pandemia repercutiu nas condições de vida e no acesso aos serviços de saúde de famílias e de indivíduos que vivem em três distintos territórios periféricos no estado do Rio de Janeiro.

Adotamos a “Pesquisa-ação”²⁽¹³⁻⁴⁶⁾, porque seus pressupostos são compatíveis com nossos objetivos. Essa metodologia prevê a combinação de métodos qualitativos e quantitativos no processo de pesquisa, apoiando-se no diálogo e na coparticipação, propondo a ‘participação’, a ‘conscientização’ e a ‘educação’ como caminhos para a elaboração de projetos de ação que visem à transformação da realidade social conjugada à produção de conhecimentos, em conjunto com as classes populares.

Ao visar a ‘construção compartilhada de conhecimento’³, os movimentos sociais e os sujeitos dos territórios contribuíram ativamente para essa investigação desde o diagnóstico dos problemas, passando pelo desenho do estudo, até a reflexão sobre os dados levantados. Nesse processo, elaboramos um instrumento de levantamento de dados que incorporou interesses e necessidades dos territórios, o qual foi incorporado como material pedagógico do curso de Agentes Populares de Saúde.

Ao fim do projeto, realizamos uma ‘sistematização dessa experiência’⁴. A publicação⁵ foi dividida em duas seções, sendo a sua elaboração compartilhada entre as(os) pesquisadoras(es), incumbidos da seção Pesquisa, e os movimentos sociais responsáveis pela sistematização da experiência de realização do curso em seus respectivos territórios de atuação.

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com o

questionário já finalizado, e aprovado antes da realização dos cursos e da pesquisa de campo sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 54977921.5.0000.5240 e parecer nº 6.032.039. Elaboramos dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): um voltado às(aos) educandas(os), e outro, às(aos) entrevistadas(os), esclarecendo sobre os riscos e benefícios de participação no estudo e a possibilidade de abandoná-lo a qualquer tempo.

O ‘Cadastro de Atenção Básica’ foi base para o desenho do instrumento elaborado pela equipe do projeto, formada por pesquisadores e profissionais de saúde e por representantes dos territórios e dos movimentos sociais. O questionário teve sete eixos nos quais foram abordados temas referentes a problemas e experiências de natureza territorial e coletiva, e não individual.

O projeto foi executado entre março de 2021 e março de 2023. Em 2021, todas as atividades foram realizadas virtualmente, com o apoio da ferramenta Zoom, à qual buscamos adaptar a metodologia de rodas de conversa assim como fizeram outros⁶.

Considerando a diversidade de atores envolvidos, inspiramo-nos na ‘Investigação participativa baseada na comunidade aplicada a pesquisas epidemiológicas’, de Dias e Gama⁷, e organizamos o trabalho da equipe em três instâncias organizativas com competências específicas: a Coordenação Político-Pedagógica (CPP), a Gestão e as Coordenações Político-Pedagógicas territoriais, definindo uma metodologia de trabalho que favorecesse o diálogo entre elas.

Além dessas, foram criados três grupos de trabalho temáticos: Comunicação, Direitos e Metodologia, dos quais participaram todos os seguimentos envolvidos.

Os aspectos fundamentais do projeto foram definidos pela CPP, formada por representantes dos movimentos sociais e dos territórios e pela coordenação geral da pesquisa. Nessa instância, foram estabelecidas a estratégia de integração da pesquisa ao curso de Agentes

Populares de Saúde, a definição do projeto político-pedagógico dessa formação e o destino de parte dos recursos.

Essa relação fluiu bem até ficarmos pressionadas(os) pelo cronograma, o que induziu à seguinte reflexão: o tempo dos movimentos está subordinado à conjuntura e ao contexto político. O que era estratégico no início de um processo pode se tornar obsoleto ou inviável antes de ele estar concluído. Além disso, a militância nem sempre é uma atividade remunerada e/ou os militantes e lideranças assumem muitas tarefas simultaneamente, não podendo dedicar-se a um único projeto específico. O tempo dos territórios é o cotidiano da vida. No caso de territórios vulnerabilizados, a sua dinâmica está constantemente afetada por violências e violações de direitos que impactam a sua rotina e até mesmo o seu direito à existência. Em contraposição, os projetos de pesquisa têm um período definido de início e conclusão, e a liberação dos recursos está vinculada às entregas e à prestação de contas aos apoiadores. Essa desconexão entre os tempos é um fator gerador de tensão e estresse.

Constituído por pesquisadoras(es), representantes dos movimentos sociais e ‘pesquisadoras(es) territoriais’ do projeto, o Grupo de Trabalho (GT) Metodologia atuou na elaboração do questionário e na definição da metodologia de pesquisa de campo.

Cada localidade teve uma ‘CPP territorial’, integrada por representantes dos movimentos sociais e das comunidades, entre estes, um(a) bolsista contratado(a) pelo projeto para atuar como articulador(a) local. Essa instância se responsabilizou pela realização do curso e da pesquisa de campo nos territórios. A seleção das(os) representantes comunitárias(os) e bolsistas ficou a cargo dos movimentos sociais. A maioria foi de mulheres jovens em processo de formação política, com exceção de Macaé, onde os representantes territoriais foram lideranças locais do MST.

No primeiro ano do projeto, o trabalho foi principalmente virtual, realizado com apoio da ferramenta Zoom. Dedicamo-nos à construção

e à consolidação das instâncias organizativas, bem como ao planejamento das ações e da pesquisa. Além disso, buscamos estabelecer um processo dialógico e participativo, apoiado em reuniões quinzenais da CPP, além de encontros regulares do GT Metodologia e de reuniões ampliadas entre o GT Metodologia e a CPP, para realizar um trabalho articulado entre eles.

Para facilitar e qualificar o debate, promovemos seminários e oficinas. A primeira, uma oficina restrita à CPP, sobre o papel dessa Coordenação. Na sequência, um seminário sobre o curso de Agentes Populares de Saúde, e uma oficina sobre as diferenças e complementaridades entre o Agente Comunitário de Saúde e o Agente Popular de Saúde, ambos voltados a toda a equipe.

Mesmo no ambiente virtual, coerentes com a perspectiva de educação popular, iniciávamos os eventos com uma ‘mística’ – uma prática social que apela à emoção, e não à razão, e que está incorporada à metodologia dos encontros dos movimentos sociais⁸ –, seguida de uma apresentação breve das(os) presentes e então pelas palestras. Dividíamos as pessoas em grupos de discussão menores – salas do Zoom – e, ao fim, apresentávamos as sínteses para todas(os). Os(as) palestrantes foram dirigentes dos movimentos e pesquisadoras que participaram da construção de cursos de Agentes Populares em outros estados.

Tais encontros foram fundamentais para aproximar os distintos universos e interesses, estabelecer um objetivo comum ao projeto e, principalmente, construir confiança entre as partes. Vale dizer que a natureza política dos movimentos sociais exige cautela ao se aproximarem de novos apoiadores, assim como as(os) acadêmicas(os) tendem a desconsiderar o conhecimento tradicional e popular sobre temas de sua *expertise*. Movimentos sociais antissistêmicos⁹, como os envolvidos neste projeto, estão constantemente sujeitos a violências e desqualificação. A parceria com instituições e pesquisadores nunca é meramente técnico-científica, é, antes de tudo, uma aliança política. Cientistas que aceitam esse desafio

são ‘pesquisadores militantes’¹⁰, não porque abdicam do rigor metodológico, mas porque almejam uma ciência engajada e comprometida com a emancipação social.

Ainda em 2021, desenvolvemos o principal instrumento de pesquisa de campo: um questionário fechado, elaborado na plataforma Research Electronic Data Capture (RedCap), formado por sete eixos integrados aos temas e cronograma do curso de Agentes: 1) Características do domicílio; 2) Perfil do responsável pelo domicílio; 3) Insegurança alimentar; 4) Vulnerabilidades socioterritoriais; 5) Acesso a serviços de saúde; 6) Pandemia por Covid-19 [considerando março de 2020 como o marco temporal]; e 7) Trabalho, renda e acesso a direitos na Pandemia por Covid-19.

A elaboração do questionário foi um processo dialógico e participativo. Uma primeira versão, desenvolvida por um pesquisador da saúde, foi submetida à crítica dos movimentos sociais e pesquisadoras(es), durante reuniões virtuais nas quais debatemos cada eixo. Na sequência, a versão atualizada com as colaborações da equipe foi validada nos territórios, e as novas sugestões, incorporadas ao instrumento aprovado pelo CEP/Ensp.

A complexidade do instrumento refletiu a pluralidade de interesses. Todos queriam ter as suas questões contempladas no questionário, que pretendia também gerar dados para apoiar a luta dos movimentos e das comunidades. O processo de validação do instrumento foi realizado nos territórios, durante o ciclo de oficinas de Pesquisa Popular em Saúde: a primeira ação do projeto realizada de forma presencial, a partir de janeiro de 2022.

As oficinas de Pesquisa Popular em Saúde foram voltadas às(aos) ‘pesquisadores territoriais’ e aberta a militantes, profissionais de saúde e apoiadores dos movimentos. O seu objetivo foi problematizar o papel e o lugar da pesquisa popular e da Vigilância Popular em Saúde¹¹, debatendo com quem vive, milita e trabalha nesses locais, sobre o sentido disso para seus territórios.

Na intenção de promover uma aproximação

entre as/os representantes dos territórios, realizamos as oficinas na cidade do Rio de Janeiro para Manguinhos e Penha conjuntamente. A primeira e a terceira foram na Biblioteca Parque de Manguinhos, e a segunda, na sede do CEM, na Terra Prometida. Em função da distância, em Macaé, condensamos o ciclo em dois encontros realizados no acampamento Edson Nogueira; um deles com a presença das(os) pesquisadoras(es) territoriais da Penha e de Manguinhos.

As oficinas tiveram dois momentos. Pela manhã, organizávamos rodas de conversa e debatíamos questões relacionadas com a ‘determinação socioambiental da saúde’¹² dos territórios, articulando conceitos da saúde coletiva às suas realidades e promovendo um debate entre teoria e prática. À tarde, realizávamos a validação do questionário, efetuado em duplas compostas preferencialmente por pessoas de territórios distintos. Ao término dos encontros, fazíamos a leitura do eixo em questão, registrando os destaques, posteriormente incorporados ao instrumento. O processo de validação do questionário nos territórios revelou equívocos na construção de certas perguntas e respostas e em termos de linguagem, sendo a contribuição dos comunitários fundamental para a sua posterior adequação.

O questionário foi utilizado como material paradidático do curso de Agentes Populares de Saúde e aplicado em campo pelas(os) educandas(os), como parte do seu processo formativo.

O curso de Agentes Populares de Saúde

O curso de Agentes Populares de Saúde¹³ é uma ação da campanha popular ‘Periferia Viva’¹, originalmente voltada ao enfrentamento da pandemia de covid-19 em territórios periféricos, já realizada em diferentes lugares do Brasil.

No estado do Rio de Janeiro, o curso foi realizado de forma articulada a esta pesquisa, o que trouxe benefícios para ambos. A pesquisa aportou os recursos para a realização

dessa ação, garantiu a sua certificação como curso de Extensão pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-Uerj) e concedeu uma bolsa de pesquisador(a) popular para cada um dos três territórios. Em compensação, as(os) educandas(os) contribuíram no processo de pesquisa, compartilhando as suas impressões e avaliações sobre os seus respectivos territórios e atuando como pesquisadores populares de campo. O próprio título do projeto, 'O povo cuidando do povo', tem relação com essa campanha e é fruto dessa parceria.

O curso adotou a proposta político-pedagógica original¹³, adaptada para o nosso contexto e momento (pós)pandêmico. Ainda na elaboração da proposta para o edital, percebeu-se a necessidade de introduzir os temas da comunicação e do acesso a direitos no contexto pandêmico nessa formação. Esses dois módulos foram desenvolvidos e integrados ao programa pedagógico do curso.

Pesquisadores e profissionais de comunicação, associados à VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz (setor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica/Icict), desenvolveram o módulo 'Comunicação popular como ferramenta de luta e de ação política' e elaboraram um videodocumentário sobre o projeto. Apoiados em estudos sobre as articulações entre os campos da informação, comunicação e saúde¹⁴, buscaram associar o fortalecimento de vínculos comunitários às ações da pesquisa, debatendo questões ligadas à proliferação de notícias falsas e práticas de desinformação, bem como conversando sobre o funcionamento dos algoritmos no contexto atual de forte capilaridade das plataformas digitais, todas associadas a grandes conglomerados tecnológicos e financeiros.

Professoras e pesquisadoras-extensionistas do projeto de extensão 'Trabalho, Diálogo e Ação' (DiaTrab) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND-UFRJ) desenvolveram o módulo 'Direitos', a partir do diálogo com moradoras(es) dos territórios. Desse modo,

pretendeu-se contemplar demandas e desafios enfrentados pelas comunidades, sua regulação pelas normativas jurídicas e os possíveis caminhos jurídico-políticos para seu enfrentamento.

O módulo privilegiou dinâmicas dialógicas e participativas e se dividiu em três encontros: o primeiro abordou o processo de construção dos 'Direitos', seus avanços e retrocessos jurídicos em diferentes momentos históricos, além dos direitos humanos fundamentais. Na dinâmica, moradoras(es) construíram um Mapa da Violação de Direitos do território, identificando as suas principais violações e refletindo sobre possíveis caminhos para seu enfrentamento.

No segundo encontro, foi organizado um 'Balcão de Direitos', voltado a atender demandas das(os) moradoras(es) e a efetivar encaminhamentos a entidades e instituições. Baseado nessas reivindicações, o terceiro encontro centrou nos temas: Direitos Fundamentais, Direitos das Mulheres e Direito da Trabalhadora Doméstica.

Desde a primeira edição, os cursos de Agentes Populares de Saúde adotam a 'pedagogia da alternância', que contempla momentos de tempo-escola, quando os conteúdos são estudados em sala de aula, e momentos de tempo-comunidade, quando as(os) educandas(os) buscam relacionar o conhecimento apreendido às suas realidades, inclusive mediante tarefas a serem desenvolvidas nos seus territórios.

No Rio de Janeiro, essa formação teve 80 horas-aula divididas em cinco módulos, trabalhados entre o tempo-escola e o tempo-comunidade: 'Quem somos nós e como entender a pandemia'; 'Comunicação popular como ferramenta de luta e de ação política'; 'Como cuidar da minha comunidade'; 'Leitura do Território'; e 'Direitos'. A certificação foi dada a quem participou de, ao menos, 75% dessa formação.

Os cursos foram realizados simultaneamente nos três territórios, sob a coordenação dos movimentos sociais, entre junho e outubro de 2022, o mesmo período de

realização das entrevistas. Originalmente, as(os) educandas(os) seriam apenas moradoras(es) dos territórios, mas as turmas de Manguinhos e de Macaé ficaram incompletas, então os movimentos responsáveis decidiram aceitar pessoas de outras comunidades. O programa do curso foi comum a todos, mas cada organização trabalhou a temática de acordo com a sua realidade. Em Macaé, esse curso foi associado à formação em agroecologia, que estava em andamento na ‘Unidade Pedagógica Marielle Franco’. Na Penha, a ‘chacina do Complexo do Alemão’¹⁵ e uma disputa entre o tráfico e a milícia local impactaram a Terra Prometida, levando o módulo ‘Como cuidar da minha comunidade’ a se centrar em saúde e violência, já o tempo-comunidade enfocou agroecologia e saúde. Em Manguinhos, onde o curso incluiu educandas(os) de diferentes lugares, foram debatidos os distintos territórios e possibilidades de atuação

A metodologia do curso previa que, no tempo-comunidade, as(os) educandas(os) acompanhassem, cada qual, dez famílias dos seus territórios. Na definição da estratégia de pesquisa, ficou decidido que as entrevistas seriam realizadas com essas mesmas famílias, durante as visitas domiciliares, aproveitando esses momentos para correlacionar as questões do questionário à realidade local.

A pesquisa de campo

As(os) educandas(os) do curso de Agentes Populares de Saúde atuaram como pesquisadoras(es) populares de duas formas: aplicando o questionário a famílias da sua vizinhança e compartilhando as suas reflexões e análises sobre esse processo.

Em acordo com a proposta Freiriana^{10,16}, de uma prática educativa emancipatória, que valoriza a dúvida, e não a resposta, o instrumento foi incluído como material paradidático do curso. Os eixos do questionário foram associados aos módulos do curso e trabalhados em aula pela(o) facilitador(a), que esclarecia dúvidas e aproveitava o instrumento para

estimular as(os) educandas(os) a refletirem sobre o seu contexto socioambiental.

O inquérito foi aplicado às famílias acompanhadas pelas(os) educandas(os), durante as etapas de tempo comunidade, e a estratégia de pesquisa previa que fosse realizado com o apoio dos *tablets* cedidos pelo projeto. O número de participantes previsto no desenho da pesquisa era de 60 Agentes Populares de Saúde, sendo 20 de cada território; e de 600 famílias entrevistadas(os), sendo 200 de cada um dos três territórios.

Embora a distribuição por território tenha sido diferente (28 do acampamento Edson Nogueira, 15 da Terra Prometida e 17 [moradoras] de Manguinhos), 60 educandas(os) participaram da pesquisa como previsto. Já o número de respondentes ao inquérito foi inferior à meta, baseada na previsão de que cada educanda(o) acompanharia dez famílias da sua comunidade, o que não ocorreu na prática. No Edson Nogueira, foram entrevistadas 20 pessoas, sendo que nenhuma delas respondeu o questionário completo. Em Manguinhos, foram 58, sendo que apenas 22 responderam aos 7 eixos do questionário, em que muitas perguntas ficaram sem resposta. Já na Terra Prometida foram 28, e todos os questionários foram completados.

Apesar de a estratégia de pesquisa de campo ter sido definida em acordo com os movimentos e territórios, às vésperas de iniciar os cursos e os inquéritos, não foi possível adotar esse método no Edson Nogueira devido à falta de acesso à energia no acampamento; e em Manguinhos, porque as(os) educandas(os) eram de distintos lugares, e o compartilhamento do *tablet* seria inviável. Por conseguinte, o questionário foi adaptado para ser preenchido em papel, com consequências negativas para a pesquisa, pois a maioria desses instrumentos ficou incompleta.

A Terra Prometida foi o único território onde o inquérito foi preenchido diretamente no RedCap, o que contribuiu para que as 28 famílias entrevistadas tivessem respondido aos 7 módulos por completo.

Findo o projeto, realizamos um encontro

de avaliação em cada um dos territórios, convidando as(os) cursistas/pesquisadores a compartilharem as suas dificuldades e as avaliações sobre o instrumento e a estratégia de pesquisa de campo. Para integrar o grupo, formamos uma roda e iniciamos esses encontros pela dinâmica da 'teia de aranha', assim denominada porque um novelo é jogado de mão em mão, quem recebe tem a fala e o joga para a(o) próxima(o), assim sucessivamente, até formar uma teia. Na sequência, realizamos uma 'roda de conversa' mobilizada a partir de questões-chave.

Nesses encontros, avaliamos que o estudo do questionário em aula, somado à sua aplicação em campo, contribuiu para aproximar e reforçar o vínculo dessas pessoas com a vizinhança e para que percebessem a dimensão sistêmica e histórica dos problemas vivenciados pelas suas comunidades. Ao entrevistarem suas(seus) vizinhas(os), as(os) educandas(os) foram confrontadas(os) com problemas que as(os) afetam diretamente, percebendo situações de violência e de violações de direito, antes naturalizadas, como 'situações-limite'¹⁷. Nessa troca, vislumbraram a dimensão coletiva desses desafios; o que modifica a percepção das formas e práticas para o seu enfrentamento e impulsiona para a organização e a ação coletiva.

As rodas de conversa também revelaram dificuldades comuns aos territórios, como a expectativa de algumas entrevistadas de que o inquérito estaria vinculado a um benefício imediato e o constrangimento gerado pelas perguntas sobre (in)segurança alimentar, violência e saúde mental. Nesse ponto, a sensibilidade das(os) pesquisadoras(es) populares foi fundamental para escutar a voz do silêncio e enxergar o que a opção selecionada não conseguia revelar.

Uma conclusão geral foi de que o questionário era muito extenso e que isso teria dificultado a sua aplicação em campo. No entanto, também houve acordo de que todas as questões eram importantes e que deveriam constar do inquérito. Por fim, muitas(os) disseram se

sentir mais bem preparadas(os) depois dessa experiência, manifestando o desejo de que o projeto tivesse continuidade.

Além do inquérito e das duas formações, desenvolvemos três produtos de divulgação científica, voltados à comunidade e à sociedade geral: um videodocumentário¹⁸, uma exposição e uma publicação com a sistematização da experiência⁶.

Considerações finais

Esta foi uma pesquisa qualitativa com viés quantitativo. O nosso material de pesquisa incluiu observação participante, anotações, relatos e registros imagéticos e audiovisuais das formações em Pesquisa Popular em Saúde, de etapas dos cursos de Agentes Populares de Saúde e das rodas de conversa realizadas com as(os) participantes da pesquisa: militantes, representantes dos territórios e educandas(os)/pesquisadoras(es) populares do curso de Agentes. Também incluiu um instrumento de pesquisa de campo voltado ao levantamento de dados socioterritoriais: um questionário desenvolvido em diálogo com os movimentos sociais, validado nos territórios antes de ir a campo, e utilizado como material paradidático do curso de Agentes Populares de Saúde.

O objetivo foi investigar os principais desafios e potencialidades dos territórios pesquisados, no processo de enfrentamento da pandemia de covid-19, trazendo para a pesquisa a perspectiva de quem mora, trabalha e atua nesses lugares.

Uma estratégia foi a criação de três instâncias organizativas e grupos de trabalho temáticos, compostos por comunitários, movimentos sociais e pesquisadores, mobilizados em uma dinâmica de trabalho colaborativa e dialógica. A outra foi articular a pesquisa ao curso de Agentes Populares de Saúde, que já estava em construção pelos movimentos sociais parceiros. A pesquisa foi realizada com as(os) educandas(os) do referido curso, que também atuaram como pesquisadores

populares, entrevistando famílias das suas comunidades e compartilhando as suas impressões sobre os seus territórios a partir de questões problematizadoras.

Outro objetivo era desenvolver uma metodologia de pesquisa que integrasse as comunidades como pesquisadores populares. Nesse processo, a realização das oficinas de Pesquisa Popular em Saúde, conjugadas à avaliação coletiva e participativa do questionário, foi acertada, enquanto a aplicação das entrevistas foi um desafio. A estratégia de campo pactuada previamente não foi seguida em todos os territórios, e as(os) educandas(os) não foram suficientemente preparadas(os) para atuarem como pesquisadores de campo. Avaliamos que o melhor teria sido estudar o questionário em aula com as(os) estudantes, mas selecionar algumas com mais preparo e disponibilidade

para atuarem como pesquisadores de campo, treiná-las e remunerá-las por essa tarefa.

Finalizando, vale lembrar que um processo de pesquisa e aprendizagem verdadeiramente emancipatório é uma via de mão dupla, na qual todos se afetam e ‘vêm a ser mais’. Foi esse ideal Freiriano que moveu a construção deste projeto.

Colaboradores

Niemeyer CB (0000-0003-0269-3413)* contribuiu para elaboração e revisão do manuscrito. Lara PC (0000-0002-2564-0376)*, Xavier JB (0000-0003-2814-7875)* e Azevedo LO (0000-0002-4876-5948)* contribuíram igualmente para a revisão do manuscrito. ■

Referências

- Méllo LMBD, Albuquerque PC, Santos RC, et al. Agentes comunitárias de saúde: práticas, legitimidade e formação profissional em tempos de pandemia de Covid-19 no Brasil. *Interface (Botucatu)*. 2021;25:e210306. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210306>
- Thiollent M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez; 1986.
- Carvalho M, Acioli S, Stotz E. Construção compartilhada do conhecimento. In: Vasconcelos EM, Prado EV, organizadores. *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede Educação Popular e Saúde*. São Paulo: Hucitec; 2001. p. 101-114.
- Jara OH. La sistematización de experiencias: prácticas y teoría para otros mundos posibles. Bogotá: CINDE; 2018.
- Niemeyer CB, Silva IO, Rangel DF, et al. Pesquisa em ação na promoção de Territórios mais Sustentáveis e Saudáveis [Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP; 2023 [acesso em 2023 jul 30]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciet/63011>
- Sarreta FO, Liporoni AARC, Santos ETA, et al. A construção da interdisciplinaridade na saúde: a experiência das rodas de conversas na pandemia. *Saúde e debate*. 2022;46(esp6):207-216. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E618>
- Dias S, Gama A. Investigação participativa baseada na comunidade em saúde pública: potencialidades e desafios. *Rev Panam Salud Publica*. 2014;35(2):150-154.

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

8. Stedile JP. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular; 2012.
9. O'Brien R, Goetz AM, Williams M. Contesting global governance: Multilateral economic institutions and global social movements. Cambridge: Cambridge University Press; 2000. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511491603>
10. Jaumont J, Versiani RVS. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Rev Direito Práx. 2016;7(1):414-416. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21833>
11. Carneiro FF, Pessoa VM. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. Trab Educ Saúde. 2020;18(3):e00298130. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00298>
12. Breilh J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). Rev Fac Nac Salud Pública. 2013;31:13-27.
13. Mélló LMB, Albuquerque PC, Lima AWS, et al. Agentes populares de saúde: ajudando minha comunidade no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Recife: Fiocruz-PE; 2020.
14. Araújo IS, Cardoso JM. Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.
15. Relatório da atuação de entidades de Direitos Humanos durante a operação que se tornou a chacina do Complexo do Alemão de 21/07/2022 [Internet]. [Rio de Janeiro]: DPERJ, CDH-OAB-RJ, CDDHC-A, CEDH, PPRT, RZEM, EDCP; 2022 [acesso em 2023 jul 30]. Disponível em: https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/para_publicac%CC%A7a%CC%83o_-_Chacina_do_Alema%CC%83o_21.07.2022_Relato%CC%81rio_conjunto_Ouvid-DPERJ-CDH-OAB-RJ-CDDHC-A-CEDH-PPRT-RZEM-EDCP.pdf
16. Freire P. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2012.
17. Freire P. Pedagogia do oprimido. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979.
18. Fundação Oswaldo Cruz. O povo cuidando do povo - pesquisa e ação na promoção de territórios mais sustentáveis e saudáveis. Videosaúde [Internet]. 2023 [acesso em 2024 fev 18]. Disponível em: <https://videosaude.iciet.fiocruz.br/filmes/o-povo-cuidando-do-povo-pesquisa-e-acao-na-promocao-de-territorios-mais-sustentaveis-e-saudaveis/>

Recebido em 16/06/2023

Aprovado em 26/04/2024

Conflito de interesses: inexistente

Suporte financeiro: A publicação deste artigo foi possível graças ao Programa Inova Fiocruz Encomendas Estratégicas - Chamada Nº 06/2020 - Territórios Sustentáveis e Saudáveis no contexto da pandemia de COVID-19 [ID VPPIS-003-FIO-20-16], que pagou a taxa de submissão; e à Vice-Direção de Pesquisa e Inovação da Ensp/Fiocruz, que financiou a tradução para o inglês

Editores responsáveis: Edmundo Gallo e Bruna Drumond Silveira